

## O MITO DOS JESUÍTAS PARA ALÉM DO TEMPO DO MITO: NO PERÍODO DO ESTADO NOVO E DO REGIME DEMOCRÁTICO \*

JOSÉ EDUARDO FRANCO \*\*

“Na escrita da História trepam erros, verdades que envelhecem, ordenam-se ou amontoam-se desirmanados os documentos, os valores, os símbolos, as ferramentas conceptuais, o conhecimento alargado, as explicações teóricas, as utopias, os mitos. Uns de corpo inteiro, outros esfacelados ou sem membros: uns horrendos, outros de olhos angélicos”.

A. BORGES COELHO <sup>1</sup>

### O mito e o percurso da Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus afirmou-se na modernidade de forma fulgurante, com uma celeridade incomum e invulgarmente bem sucedida. As suas estratégias, competências, eficácia e prestígio alcançado de forma tão rápida trouxeram-lhe a hegemonia e o estatuto de *pivot* na liderança das esferas de acção das ordens religiosas do catolicismo <sup>2</sup>. Sem olhar a esforços e ensaiando o recurso a novos meios, estra-

---

\* Este artigo recupera alguns dos resultados e das conclusões da tese de doutoramento de José Eduardo Franco, *Le Mythe Jésuite au Portugal (XVIe-XXe siècles)*, Thèse de doctorat soutenue le 21 juin 2004 – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2004.

\*\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> António Borges Coelho, *Cristãos-Novos, Judeus e os Novos Argonautas. Questionar a História IV*, Lisboa, 1988, p. 117.

<sup>2</sup> Importa reafirmar o que já escarpelizámos hermeneuticamente ao longo dos nossos estudos dedicados ao antijesuitismo em Portugal, que a génese do sentimento e das formulações ideológicas antijesuíticas devem-se, em grande medida, a um exacerbamento do clericalismo e do congreganismo que reagiu repulsivamente contra esse novo

tégias e métodos, alguns pouco convencionais, em nome do labor *ad maiorem Dei gloriam*, esta ordem religiosa formou elites, afrontou a expansão do protestantismo, pregou a renovação das velhas cristandades e, ao mesmo tempo, penetrou com sucesso em culturas e povos até então difíceis de abordar para efeitos de proselitismo religioso, alguns deles desconhecidos da cultura ocidental. Partindo normalmente de uma prospeção prévia da realidade etno-antropológica de cada comunidade humana para onde orientava o seu esforço de missionação, adequava e reinventava os métodos para melhor veicular a doutrina cristã. Mas aquilo que Eduardo Lourenço chamou de «pragmatismo transcendente»<sup>3</sup>, tornou-se fonte da mais imaginativa suspeita.

Esta capacidade de adaptação revelada foi entendida pela oposição antijesuítica como maquiavelismo religioso, desapiedado e despido de escrúpulos. A angariação, pelos Jesuítas, de meios materiais suplementares de sustentação das estruturas e equipas de evangelização *ad extra* e de educação *ad intra* foi interpretada sob o signo da cupidez, dada como imprópria, porque inconciliável com o estado de vida religiosa. A larga aposta dos Inacianos na educação foi vista como forma de conquistar influência sobre a sociedade. A sua presença entre as esferas do poder como confessores, técnicos, sábios ou conselheiros, foi lida como o fruto de uma ambição cujo limite não era menos que o universo inteiro. A sua visão optimista do homem, com consequências no aliviar de uma concepção rigorista da moral, foi censurada como laxismo e permissividade.

Estes e outros princípios – dados pelos seus adversários como opostos aos estabelecidos no acto constitucional primigénio da Companhia de Jesus e, no extremo, como uma inversão dos princípios do próprio Cristianismo – foram

---

elemento concorrencial invulgar, muito activo e ameaçador dos privilégios e direitos instalados. Ver por exemplo José Eduardo Franco, “Génese e evolução do antijesuitismo em Portugal”, in Luís Machado de Abreu; António José Ribeiro Miranda (coord.), *Actas do Colóquio sobre o Anticlericalismo Português: História e Discurso*, Aveiro, Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2002, pp. 71-94; Idem, “L’antijésuitisme au Portugal: composition, fonctionnalités et signification du mythe des Jésuites (De Pombal à la 1ère République)”, conferência inaugural do Colóquio Internacional sobre os *Antijésuitismes de l’époque moderne* realizado em Paris na École des Hautes Études en Sciences Sociales a 28 de Março de 2003 (Actas no Prelo); e Idem, “A visão do Outro na literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República”, in *Lusitania Sacra*, Tomo XII, 2000, pp. 121-142.

<sup>3</sup> Eduardo Lourenço considera pertinentemente que “umas das intuições capitais da visão e do comportamento dos inacianos foi a de fazer descer, de algum modo, a Eternidade no Tempo, de tomar o mundo como ele é e, apoiando-se nele, transfigurá-lo e levá-lo à perfeição de que ele é capaz. Na interpretação mais benévola pode assemelhar-se a revolução inaciana a um pragmatismo transcendente, os meios justificando os fins, confundidos com a vontade divina. Na menos complacente, a um maquiavelismo teológico ou místico, os fins, sublimes por natureza, justificando os meios, nem sem-

encerrados num conceito doutrinal amplo denominado pelos antijesuítas de Jesuitismo <sup>4</sup>.

O antijesuitismo encerra em si uma longa tradição de debate em torno da modernidade e dos que ousaram responder de forma inovadora e adaptativa aos desafios da mesma modernidade que se afirmou sob o signo da secularização em relação à hegemonia unificante do religioso. Progressivamente o antijesuitismo foi-se tornando e definindo como uma luta não só contra uma instituição ou contra o seu *modus procedendi*, mas contra uma doutrina, uma filosofia de vida que transbordava muito para além dos limites institucionais, de acordo com a ampliação dada pelo desenvolvimento deste mito negativo.

Como foram diversos os suportes e os géneros de discurso utilizados para produzir e veicular a imagem mítica dos Jesuítas, também foram diversificadas as proveniências, tipos e graus de formação, estatutos e classes sociais dos seus produtores e difusores: políticos (do governo e da oposição), eclesiásticos (religiosos, padres seculares, missionários, inquisidores, bispos, cardeais e papas), administradores públicos, advogados, deputados, colonos, comerciantes, magistrados, romancistas, historiadores, filósofos, dramaturgos, actores, caricaturistas, jornalistas, juristas, cientistas, professores, pedagogos, as elites ilustradas em geral (da nobiliarquia e da burguesia) e o povo em geral participante em manifestações, em motins e proferindo palavras de ordem contra a Companhia de Jesus e os seus membros. Foram ainda diversas as suas filiações ideológicas e religiosas: absolutistas, liberais, maçons, republicanos, socialistas, marxistas, anarquistas, livre-pensadores, crentes e ateus, católicos e protestantes, muçulmanos e budistas,...

A autonomia financeira obtida, a organização, o sentido pragmático e a eficácia na consecução dos objectivos, o investimento na formação das elites culturais e políticas, a capacidade de publicitação dos sucessos dos seus trabalhos missionários, a prontidão e acutilância crítica em rebater as críticas dos adversários, suscitaram a admiração, o espanto e até a devoção de muitos. Os seus admiradores trabalharam, ao lado dos próprios Jesuítas, para erguer, por contraposição ao mito negro, um mito luminoso da própria Companhia de Jesus <sup>5</sup>. Mas é nesta peculiar-

---

pre tão sublimes". Eduardo Lourenço, "Portugal e os Jesuítas", in *Oceanos*, Nº 12, 1992, p. 47.

<sup>4</sup> Cf. Juan José Coy, *Requiem por el Jesuitismo: Ensayo sobre la verdad y la imagen de la Compañía de Jesús*, Salamanca, 1974, p. 17 e ss.

<sup>5</sup> Também, ao longo dos nossos estudos sobre o antijesuitismo, temos feito menção documentada da existência de um paralelo movimento filojesuítico que concorria com o antijesuítico, produzindo uma imagem mitificada da Companhia de Jesus de sinal contrário à dos seus críticos. Cf. José Eduardo Franco, "A fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus", in *Revista de História das Ideias*, Vol. 22, 2001, pp. 209-254; José Eduardo Franco; Christine Vogel, *Monita Secreta: Instruções Secretas dos Jesuítas. História de um Manual Conspiracionista*, Lisboa, Roma Editora, 2002; José Eduardo Franco, "Antijesuitismo pedagógico e científico e o nascimento da Brotéria", in

ridade institucional e nesta extraordinária capacidade de afirmação (e até de auto-glorificação) e de consecução eficaz de objectivos que se situam as raízes mais profundas da génese de um mito altamente negativo que se gizou paulatinamente em torno da Ordem de Santo Inácio. O espanto e a perplexidade instigaram, desde os primeiros tempos da existência deste instituto religioso, a construção de imagens mitificadas da Companhia de Jesus. A admiração perante a ascensão meteorítica da Ordem dos Jesuítas no seio das velhas Cristandades, bem como para além das fronteiras dos Estados católicos do continente europeu, suscitaram a procura de argumentos explicativos para esta carreira brilhante, que inspirou poucos juízos moderados. Os seus inimigos procuraram fornecer fundamentos malignos e estratégias imorais, denunciando o uso de meios ilícitos e a tergiversão dos princípios mais elementares da honestidade cristã. Do outro lado, os próprios Jesuítas e seus simpatizantes assentaram a explicação em fundamentos transcendentais, na assistência divina, na superior inteligência e capacidade dos regulares da Ordem, na racionalização eficientes dos meios e dos recursos, na abnegação sem limites. Donde, os argumentos de ambos os quadrantes professados incondicionalmente produzem imagens opostas ampliadas sucessivamente numa oposição irreconciliável.

Na primeira grande fase da vida da Companhia, os séculos e as décadas anteriores à primeira expulsão de Portugal em 1759, os Jesuítas, de uma forma geral, foram acusados, infamados, perseguidos e depois extintos oficial e canonicamente pela Santa Sé em 1773. Os anticorpos criados em torno desta Ordem na Modernidade deveram-se, em grande medida, à sua postura arrojada, ao seu espírito de iniciativa, à sua capacidade de adaptação e inovação, a um certo clima concorrencial que criaram em relação às ordens regulares clássicas (levando-lhes, por vezes, a melhor), à sua antropologia optimista, à crítica assumida em relação aos sistemas de poder despóticos e tirânicos (e em alguns casos às ambiguidades e complicitades em relação aos poderes instituídos), assim como à oposição ao escravagismo dos índios. Mas, por outro lado, estes anticorpos advieram de uma certa dificuldade, revelada no final desta fase, da Companhia se abrir institucionalmente às inovações pedagógicas e epistemológicas propugnadas pelas novas correntes da ciência e do pensamento. Nesta grande etapa da história do antijesuítismo, os protagonistas do combate à Companhia inscreviam-se, em geral, religiosamente no universo do catolicismo e politicamente no âmbito da monarquia. A propaganda antijesuítica que conduziu à formação pombalina do mito decorreu de um trabalho concertado entre eclesiásticos e políticos que permitiu a operacionalização eficaz dos seus objectivos. Portanto, assim o mito jesuíta nasceu no seio da sociedade católica e foi engendrado por católicos.

Na segunda grande fase da vida da Companhia de Jesus restaurada, correspondente ao tempo que dista do seu restabelecimento pelo Papa Pio VII, em 1814, até sensivelmente às primeiras duas ou três décadas do século XX, a postura dos Jesuítas pode ser caracterizada, em geral, de uma forma quase inversa à do período anterior, isto é, por um certo retraimento e desconfiança em relação às sociedades

em processo de secularização que nos séculos anteriores encararam com manifesto optimismo e ousadia. Este retraimento não pode ser dissociado da situação da Igreja Católica e dos seus posicionamentos ideológicos assumidos ao longo do século XIX, muito marcados por uma atitude defensiva e intransigente em relação às transformações sócio-políticas e à emergência fervilhante de novas correntes de pensamento e de revolucionárias descobertas científicas. A Companhia de Jesus associando-se e assumindo-se como um instrumento de relevo no ideário restaurador do terreno de influência perdido pela Igreja nas sociedades ocidentais em rota de laicização, cultivando a nostalgia do antigo modelo de Cristandade e de Antigo Regime, teve dificuldade em compreender, dialogar e aceitar as novas derivas da história humana. A Ordem de Santo Inácio tentou antes contrariá-las com o seu velho espírito audacioso, mas perdendo, em certa medida, o seu antigo princípio de adaptação. Por isso, nesta fase, os Jesuítas foram essencialmente acusados e combatidos pelo movimento antijesuítico, que ganhou uma extraordinária expressão cultural nas margens do catolicismo, pela sua colagem aos modelos políticos e sociais do passado e pela sua luta contra a modernidade das ideias e das mundividências. Mas aqui verifica-se uma transposição progressiva do mito nascido no universo identificado com o catolicismo para o universo laico, agora cada vez mais adoptado e recriado para promover o combate à influência da Igreja Católica e à mundividência religiosa em geral na sociedade e na cultura e pugnar pela sua laicização.

O mito da Companhia de Jesus em Portugal desenha-se, pois, dramaticamente na encruzilhada destes conflitos e no decurso da substituição progressiva de paradigmas de visão do cosmos, do homem, da sociedade e de Deus <sup>6</sup>. Ao mesmo tempo que se ergue na disputa entre poderes hegemónicos, isto é, na confrontação ideológico-programática de percepções divergentes do exercício do poder.

No período pombalino, o mito da Companhia de Jesus foi elaborado no contexto da consecução programática de uma ideologia política absolutista de feição regalista que visava o cerceamento do poder hegemónico da Igreja detido e exercido hegemonicamente pelo Pontífice Romano, no auge do ascendente percurso

---

*Brotéria*, Vol. 155, Outubro de 2002, pp. 295-318; e Idem, “Entre a colaboração e a crítica: a relação entre Jesuítas e a Inquisição nos séculos XVI e XVII”, in *Lumen*, Vol. 8, Nº 18, Maio/Agosto de 2002, pp. 203-218.

<sup>6</sup> Evocando este transito dramático da Companhia de Jesus desde a modernidade, no quadro da mudança de paradigmas, escreve Eduardo Lourenço: «Alguma coisa de extraordinário se deve ter passado na vida portuguesa, para que, em dois séculos, os ‘formadores’ por excelência das nossas elites se tenham transformado em ‘deformadores’, pois será a esse título, ou incluindo o essencial nele, que a Companhia será obrigada por assim dizer *manu militari* a dissociar o seu destino missionário do de Portugal. No princípio e no fim, Portugal, nação histórica e cultural, marcada como nenhuma das outras pela presença e acção da ‘primeira ordem’ religiosa da Modernidade. Sua versão paradoxal, na medida em que a modernidade inculca afastamento histórico de um mundo

moderno de centralização e concentração do poder do Estado nas mãos do Rei. Portanto, aqui o antijesutismo era uma vertente estruturante do anticurialismo romano, isto é, da luta mais ampla travada pelas monarquias contra o poder internacionalista do papado, em detrimento da supremacia da esfera espiritual sobre a esfera temporal.

No período liberal e mais radicalmente com a República, o mesmo mito recria-se e reproduz-se, no limite, em nome de um cerceamento mais profundo e mais amplo, o cerceamento da influência dita conservadora e retrógrada da Igreja na sociedade, com base num programa laico de secularização e de libertação das consciências do horizonte religioso. Aqui o antijesutismo torna-se uma vertente privilegiada quer do anticongreganismo (e, incluído neste, da luta contra a influência internacionalista católica, luta designada a partir do século XIX de antiultramontanismo), quer do anticlericalismo em geral, quer ainda do anticatolicismo e até do anti-religiosismo.

### No Estado Novo

À medida que o regime republicano caminhou para o seu termo e se assistiu à afirmação e consolidação do regime ditatorial que ficou conhecido pelo nome de Estado Novo, os Jesuítas regressaram discreta e paulatinamente a Portugal. Um clima ideológico conservador e direitista insuflava o novo regime. Este pretendeu marcar um distanciamento em relação à dita “falência política” que representou o conflituoso regime anterior e o seu projecto laicista, mostrando-se benigno em relação ao regresso destes controversos religiosos. Estes, aliás, não deixaram de manifestar o seu reconhecimento, dando-lhe caução e publicitação ideológica através dos seus órgãos de imprensa, particularmente através da revista *Brotéria*.

Os intelectuais da Companhia de Jesus apoiaram entusiasticamente e defenderam a edificação projectada de um Estado forte, cuja afirmação pretendia consubstanciar-se nacionalisticamente, mas recuperando como pilar ideológico fundamental o legado espiritual e moral do catolicismo, que tinha sido preterido pela República<sup>7</sup>. A Igreja, em geral, e os Jesuítas, em particular, constituíram-se, em especial nas primeiras duas décadas do regime, como pólos difusores e inculcadores da propaganda ideológica do Estado Novo, não obstante os conhecidos, mas mais matizados, assomos da velha perspectiva ‘regalista’<sup>8</sup> de supremacia do Estado em relação à Igreja da parte do salazarismo<sup>9</sup>.

---

que gira em volta de Deus, e a Companhia a expressão e a consciência desse afastamento, acompanhada da vontade de o compreender para melhor o restituir a Deus o seu lugar perdido”. Eduardo Lourenço, “Portugal e os Jesuítas”, *op. cit.*, pp. 47-53.

<sup>7</sup> Cf. José Eduardo Franco, *Brotar Educação. História da Brotéria e do seu pensamento pedagógico*, Lisboa, 1999, *passim*; e cf. Luís Andrade, *História e memória*, Coimbra, 2001.

Em nome do serviço da restauração da “alma nacional” e da difusão da portugalidade no mundo, o regime ditatorial permitiu o regresso dos Padres da Companhia e das outras congregações religiosas. O Estado Novo começou por retirar força às leis anticongreganistas em vigor, consagrando, na Constituição de 1933<sup>10</sup>, a abolição da legislação discriminatória por motivos religiosos<sup>11</sup>. Mais tarde, a 12 de Maio de 1941, a situação jurídica da Companhia de Jesus é efectivamente regularizada, tendo sido esta reconhecida pelo Estado como uma corporação missionária com liberdade para prosseguir os seus fins ao serviço da missão e da civilização, tendo em horizonte, como aspecto fundamental, o serviço do projecto colonial do regime nos territórios de Além-Mar<sup>12</sup>.

Assim sendo, a imagem mítica oficial (e estatal) dos Jesuítas, erguida e difundida por eminentes estadistas portugueses e com o apoio material do próprio Estado, parecia ter passado à história, ou pelo menos adormecido. Isto apesar de persistirem ainda algumas vozes críticas, cada vez com menos audiência e impacto, que continuaram a revisitar e actualizar a herança ideológica do antijesuítismo<sup>13</sup>. Essas vozes não se coibiram de recorrer ao seu capital explicativo, que, todavia, tinha perdido a sua antiga dimensão e força mobilizadora<sup>14</sup>.

---

<sup>8</sup> Sobre a postura regalista perfilada por Salazar, deixou-nos testemunho autorizado o seu ministro e biógrafo Franco Nogueira, *Salazar*, Vol. V, Porto, 1988, p. 487 e *passim*.

<sup>9</sup> Sobre o Estado Novo ver, entre outros, as obras de Manuel Braga da Cruz; Maria Inácia Rezzola, “O Estado Novo e a Igreja Católica”, in Joel Serrão; A. H. de Oliveira Marques (dirs.), *História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, 1992, pp. 201-258; Fernando Rosas, *O Estado Novo (1926-1974)*, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.* Vol. 7; António da Costa Pinto, *O Salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, 1992; e Luís Salgado Matos, *Um ‘Estado de Ordens’ contemporâneo – a organização política portuguesa*, Dissertação de Doutoramento apresentada no Instituto de Ciências Sociais (Texto Policopiado), Lisboa, 1999.

<sup>10</sup> Cf. *Constituição Política Portuguesa e Acto Colonial*, Lisboa, 1935, art. 45.

<sup>11</sup> Cf. *Esclarecendo uma situação jurídica: os Jesuítas e a Constituição Portuguesa de 1933*, s. l., 1939.

<sup>12</sup> Cf. *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa; Acordo Missionário*, Lisboa, 1991.

<sup>13</sup> Sobre esta reincidência da ideologia antijesuítica depois da queda do regime republicano ver José Eduardo Franco; Bruno Cardoso Reis, *Vieira na literatura antijesuítica*, Lisboa, 1997, p. 115 e ss.

<sup>14</sup> Encontramos a continuidade das influências das explicações e visões típicas do mito jesuíta concernentes à avaliação do papel da Companhia em determinadas épocas da História de Portugal em autores e obras de reconhecida craveira erudita e marcantes do ponto de vista cultural. V. g. António Sérgio, *O seiscentismo*, Lisboa, 1926; Idem, *Ensaio*, Tomo II, Lisboa, 1972, *passim*; António Ferrão, *O Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuítas (1759)*, Coimbra, 1932; Idem, *Um atentado contra o Marquês de Pombal e outros episódios do período pombalino*, Lisboa, 1938; Hernâni Cidade, *Padre António*



De qualquer modo, o Estado Novo ao ter dado o golpe mortal no moribundo regime republicano, pareceu ter abafado com ele um dos seus elementos propagandísticos mais sugestivos e mais mobilizadores: a propaganda antijesuítica. No entanto, as marcas culturais e mentais deixadas por este longo e tão intenso processo de mitificação eram profundas e a erosão do tempo não podia facilmente apagar, nem sequer polir com eficácia as marcas em relevo das suas cicatrizes. Onde possamos observar aqui e acolá o ressumar dos vestígios dessa imagiologia mítica (e até feridas que pereciam definitivamente saradas a serem reabertas) a teimarem em ressurgir através de atitudes, expressões, análises, reacções, apreciações críticas, desabafos, fazendo eco de séculos de propaganda antijesuítica mais ou menos sistemática, mas quase sempre obsessiva e extremada.

Bernardino Machado em 1928, perante a onda conservadora que envolvia o país e a deriva ditatorial da situação política vigente, afirmou que urgia restaurar novamente os Jesuítas para voltar a expulsá-los<sup>15</sup>. Colocava, assim, em realce uma das funções do mito por nós caracterizada, o seu carácter mobilizador e a sua função exorcizadora dos problemas da comunidade nacional. Este célebre sobrevivente republicano exilado em Paris sublinhava a importância da Companhia de Jesus como vítima expiatória desta espécie de bordão propagandístico de recurso tão fácil e tão primário que no passado tinha elevado ao rubro o ânimo de multidões contra o *statu quo* político<sup>16</sup>.

---

Vieira. *Estudo biográfico e crítico*, 2 Vols., Lisboa, 1940; Idem, *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Coimbra, 1929; Idem, *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 5ª ed., Coimbra, 1968. Persistem, em obras de referência no plano pedagógico e cultural, velhas imagens dos Jesuítas como travões do progresso científico em Portugal, nomeadamente no plano da Medicina e da Matemática. Ilustrativo desta herança explicativa totalitária é o texto de Sebastião da Costa Santos, director dos Hospitais Cíveis, sobre a literatura médica do século XVII, publicado em 1932, reiterando a imagem globalmente obscurantista do seiscentismo, o século dos Jesuítas por excelência e da sua acção “nefasta”: cf. Sebastião da Costa Santos, “A Literatura Médica”, in *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*, Vol. 3, Lisboa, 1932, pp. 251-254; e ver também Gomes Teixeira, *Os Jesuítas e o ensino da matemática*, Lisboa, 1933. Ou ainda se assiste à representação de peças teatrais recuperadas do tempo e da luta do antijesuitismo militante. V.g. António Cardoso Botelho, *As vítimas dos Jesuítas. Drama em 3 actos, acomodado à cena portuguesa copiado de um exemplar impresso com a data de 1900*, s.l., 1944. Muitas destas imagens que se reproduziam como lugares comuns foram sendo tenazmente rebatidas com a publicação de documentação probatória pouco conhecida quer por Jesuítas, quer por outros estudiosos. Além das obras revisionistas que temos vindo a citar ao longo do nosso estudo, ver ainda outros exemplos: Manuel Múrias, *O Seiscentismo em Portugal*, Lisboa, 1923; Paulo Durão, “A Inquisição, os Jesuítas e a circulação do Sangue”, in *Brotéria*, Vol. 14, 1932, pp. 287-296; Domingos Maurício Gomes dos Santos, “As ‘Lições de Literatura e Cultura Portuguesas’ de Hernâni Cidade”, in *Brotéria*, Vol. 36, 1943, pp. 609-622; Idem, “Os Jesuítas e o Ensino da Matemática em Portugal”, in *Brotéria*, Vol. 20, 1935, pp. 189-205; e Idem, “Os Jesuítas e a Filosofia Portuguesa, séculos XVI a XVIII”, in *Brotéria*, Vol. 21, 1935, pp. 257-266.



O próprio homem forte e símbolo do regime ditatorial do Estado Novo, Oliveira Salazar, formado num dos bastiões antijesuíticos que era então a Universidade de Coimbra e muitos dos seus círculos intelectuais, não deixa de fazer transbordar, por vezes, essa imagem desfavorável à Companhia de Jesus que bebeu na juventude. Eduardo Brazão, antigo diplomata de Portugal em Roma, deixou-nos testemunhos significativos de algumas manifestações de antijesuitismo desabafadas pelo ditador. Relata nas suas memórias, por exemplo, uma conversa tida com o Presidente do Conselho de Ministros, registando *ipsis verbis* um desabafo muito íntimo que lhe segredou em relação aos Jesuítas. A 3 de Setembro de 1945, após Eduardo Brazão, na qualidade de embaixador, lhe ter dado conta de uma conversa tida com o Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, o Pe. Júlio Marinho (que tinha sido professor deste embaixador português no colégio de La Guardia em Espanha), Salazar exclamou com suspeita: “Não se pode contar com eles. São ambiciosos e maus políticos”<sup>17</sup>.

A audiência do embaixador com o Provincial tinha sido realizada a 25 de Agosto de 1945. O embaixador discutiu com o Pe. Júlio Marinho as acusações que pairavam sobre a Companhia de Jesus por esta alegadamente não favorecer os interesses do Padroado Português na Índia, antes “ser um instrumento da *Propaganda* contra nós”<sup>18</sup>. Em nome do governo, Eduardo Brazão teria apelado ao responsável máximo dos Jesuítas portugueses para se colocar ao lado de Portugal nas negociações que decorriam no Vaticano em torno da revisão do estatuto do Padroado. A reacção de Salazar não se deveu, como poderíamos esperar, a uma resposta negativa do Provincial, pois este “respondeu afirmativamente e que não se esquecia que eram portugueses”<sup>20</sup>, mas pelo facto deste superior jesuíta ter recordado ao embaixador a questão do Colégio de Campolide e outras casas dos Jesuítas espoliadas e apreendidas pelo Estado à Companhia em 1910 e que a Província Portuguesa desejava ver restituída a sua posse<sup>21</sup>.

---

<sup>15</sup> Bernardino Machado, *A Pastoral Financeira do Patriarca*, Paris, 1928, p. 35 e ss. Por esta altura ainda encontramos propaganda antijesuítica pura e dura ao gosto popular que se reproduz em verso para glosar os temas tradicionais do mito jesuíta, de que são exemplo os versos bem sugestivos de José d’Almeida Jorge, *Novo fado dos Padres Jesuítas. Canto para guitarra e Piano*, Porto, 1927.

<sup>16</sup> Este veterano do regime republicano vê a afirmação do regime salazarista rendida ao jesuitismo. Chega mesmo a denunciar Oliveira Salazar como sendo anti-republicano e um discípulo encarapuçado dos Jesuítas: “Inimigo da Constituição da República, rege-se pelas Constituições de Inácio de Loyola. Fez todos os votos perpétuos à Igreja. E, completamente seu escravo, far-lhe-á todos os sacrifícios. *Perinde ac cadaver*. Por ela e para ela governa. Só ela é onipotente”. Bernardino Machado, *Manifestos Políticos (1927-1940)*, Compil. E notas de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1978, p. 239.

<sup>17</sup> Eduardo Brazão, *Memorial de D. Quixote*, Coimbra, 1976, p. 74.

<sup>18</sup> Refere-se à *Propaganda Fidei* que contornava os direitos do Padroado nas mis-

Apesar desta documentada reacção antijesuítica da cabeça do regime ditatorial, não se verificou que alguma vez o seu governo tivesse hostilizado activamente os Padres da Companhia <sup>22</sup>. Mas também a “ditadura jesuítica de Salazar” <sup>23</sup> (como a qualifica João Medina fazendo mais contemporaneamente apelo, através desta adjecção, do capital simbólico do mito) aliada ao também prevenido Cardeal Cerejeira (1888-1977), seu antigo colega da academia de Coimbra, não deu largas

---

sões das colónias portuguesas no Oriente.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 72.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> Reivindicação que nunca foi satisfeita. Ou melhor, a única coisa que o Estado restituiu à Companhia de Jesus foi o mausoléu dedicado aos Jesuítas falecidos em Campolide e que hoje é lugar concorrido de “peregrinação” para os devotos do Pe. Cruz. O antijesuitismo passivo de Salazar pode ser também visto na resistência e nos adiamentos sucessivos da realização do projecto de regresso dos missionários inacianos às suas antigas missões ultramarinas, mormente à Missão da Zambésia em Moçambique. Só o conseguiram depois da celebração da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e a Santa Sé em 1940. Cf. Francisco A. da Cruz Correia, s.j., “Expulsão e regresso dos Jesuítas à Missão da Zambésia”, in *Brotéria*, Vol. 153, pp. 759-776.

<sup>22</sup> Apesar do Estado ter abandonado oficialmente as formulações antijesuíticas e ter dado direito de cidadania à Companhia de Jesus, não quer dizer necessariamente que as desconfianças em relação a esta instituição tivessem sido totalmente apagadas. A inauguração em 1934 da gigantesca estátua do Marquês de Pombal (a maior da capital portuguesa) num dos lugares mais centrais de Lisboa, não deixou de ser um sinal de que a memória do antijesuitismo e dos seus mais importantes protogonistas continuava viva. A estátua (começou a ser construída a 13 de Maio de 1926) erguida na rotunda do Marquês de Pombal, à cabeça da Avenida da Liberdade, era um velho projecto do movimento laicista e representava uma pequena, mas significativa vitória do movimento antijesuítico republicano e mação na primeira década do Estado Novo, que edificou *pro memoria* o símbolo mais relevante do antijesuitismo português. Não deixou também de ser um sinal de que o regime ditatorial, nesta homenagem prestada ao Primeiro-Ministro de D. José I, queria valorizar a figura de Pombal no quadro da afirmação de uma cultura nacionalista e, em certa medida, de uma política neo-regalista. Por outro lado, a inauguração do monumento pombalino em 1934 era a expressão da política de equilíbrio laico/católico que, de algum modo, o Estado Novo procurou levar a cabo, embora o lado católico tivesse pesado mais. Recorde-se que na inauguração deste monumento o Estado fez-se representar pelo ministro mais laico da equipa governativa de Salazar, o ministro Duarte Pacheco. Cf. José Eduardo Franco; Annabela Rita, *O mito do Marquês de Pombal: A mitificação de Pombal pela Maçonaria*, Lisboa, Prefácio, 2004.

<sup>23</sup> João Medina, “Ditadura jesuítica de Salazar”, in João Medina (dir.), *História contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1985, pp. 115 e ss. De facto era grande o poder sugestivo da imagem inculcada por séculos de propaganda antijesuítica e filojesuítica. Deste poder mítico dos Jesuítas como organização é bem sugestiva a afirmação feita pelo filósofo José Marinho em 1935 na sua correspondência com Adolfo Casais Monteiro. José Marinho afirmava que só conhecia em Portugal uma verdadeira organiza-

aos sonhados voos maiores dos Jesuítas. O tão idealizado e pensado projecto, alimentado pela Companhia de Jesus e sobretudo pelo episcopado português, de criar uma alta cultura católica através da criação de uma Universidade da Igreja a nível nacional conheceu sérias resistências da parte do regime. Este, apesar de ter permitido em 1947 a criação de uma Faculdade de Filosofia circunscrita à arquidiocese de Braga, cujo ensino granjeou grande prestígio e gabada qualidade, receava a expansão de uma instituição que escapasse ao controlo do Estado. Só em 1967, no epílogo do governo de Oliveira Salazar, se pôde começar a erguer a tão desejada Universidade Católica Portuguesa a partir da antiga Faculdade Pontifícia de Filosofia, mas sob a tutela do Patriarcado de Lisboa e do seu Patriarca D. Manuel Cerejeira <sup>24</sup>.

Não obstante, da parte do Estado e de algumas figuras influentes da hierarquia da Igreja não se pode afirmar que tenha existido um antijesuitismo activo, mas sim manifestações de antijesuitismo passivo, um antijesuitismo cauteloso, ou ainda de prevenção, a que subjaz a permanência do mito adormecido ou não totalmente enterrado.

### Na era da democracia

Embora longe da intensidade e da eficácia do passado, emergiram alguns vestígios de antijesuitismo no âmbito da revolução democrática de 1974. Registe-se o exemplo das manifestações de sentimentos antijesuíticos na pressão feita por parte de grupos estudantis e docentes com o intento de tirar aos Jesuítas a Direcção do ISESE (Instituto Superior Económico e Social de Évora), fundado e dirigido por Padres da Companhia de Jesus. O referido movimento afecto à ideologia comunista e socialista, que propugnava pela destituição da direcção do Instituto, promoveu uma propaganda que fazia dos Jesuítas colaboradores dedicados do regime ditatorial deposto <sup>25</sup>. No âmbito da efervescência revolucionária chegou-se mesmo a aventar a hipótese de recurso à velha solução de banimento da Companhia à semelhança do que tinha acontecido já três vezes no passado. Num *Comunicado conjunto do Partido Comunista Português e do Partido Socialista sobre a situação do Instituto Superior Económico e Social de Évora*, datado de 19 de Setembro de 1974, constata-se a recuperação de alguns mitemas antigos. Estes foram acomodados, como é natural, à linguagem típica do discurso ideológico da militância partidária típica desse período: associação dos Jesuítas ao regime ditatorial revogado, o seu favorecimento dos interesses do capitalismo e do patronato, a sua intencional obstrução da implantação dos valores democráticos... <sup>26</sup>

---

ção no excelente sentido da palavra: «A Companhia de Jesus, que nem o Partido Comunista a igualava em coesão e capacidade organizativa». Cf. “Carta inédita de José Marinho para Adolfo Casais Monteiro”, 15 de Dezembro de 1935, BNL, *Secção de Reservados, Espólio de José Marinho, Volume de correspondência*. A título de nota curiosa, é interessante registar que os dois únicos prémios nóbéis portugueses passaram

Em vários comunicados, declarações e comícios dos movimentos partidários mais radicais transpiraram alguns indícios de antijesuitismo, nos quais, à maneira do que aconteceu sempre na longa história de mitificação da Companhia, se procurou fazer dos Jesuítas epígonos resistentes da velha ordem. Chegou-se a ouvir, nas manifestações ocorridas a 5 de Outubro de 1974, slogans radicais pronunciados pelos estudantes que reivindicavam a aplicação da medida extrema de expulsão da Companhia de Jesus <sup>27</sup>, de que é bem ilustrativo este que aqui registamos: «Joaquim António de Aguiar/Évora põe os Jesuítas a andar» <sup>28</sup>. Mas tratou-se, apesar de tudo isto, de um antijesuitismo mais matizado. Não se pretendeu abolir pura e simplesmente as instituições da Companhia de Jesus, nem estas eram vistas extremadamente, como no passado, como focos doentios de decadência, mas pretendia-se arrebatar-las do serviço às elites dominantes para colocá-las ao serviço do povo. Tratava-se, portanto, de um antijesuitismo essencialmente de matriz marxizante em que os Jesuítas eram vistos como suportes dos interesses das elites dominantes.

---

por estas duas organizações. O prémio Nobel de Medicina, Egas Moniz, foi educado nos colégios da Companhia de Jesus; e o Prémio Nobel de Literatura, José Saramago, foi formado nas fileiras do Partido Comunista Português.

<sup>24</sup> Cf. Manuel Clemente, “Universidade Católica Portuguesa: Uma realização de longas expectativas”, in *Lusitania Sacra*, Tomo VII, 1994, pp. 15-29.

<sup>25</sup> Cf. António da Silva, *Livro Branco do ISESE*, Vol. I, Évora, 1977, *passim*.

<sup>26</sup> Registamos aqui alguns pontos mais significativos do comunicado para ilustrar esta persistência de alguns tópicos característicos do mito jesuíta:

“1) O PCP e o PS consideram que o ISESE nunca esteve ao serviço do Povo do Distrito e do País, o que aliás aconteceu durante o regime fascista a todo o ensino em Portugal sempre reaccionário e obscurantista.

2) O conteúdo (programas) e métodos do ensino tinham em vista a formação de técnicos especializados para servir nas grandes empresas os interesses do patronato, usando processos que procuravam criar nos trabalhadores a ilusão de que tudo era feito no sentido de os beneficiar (tanto o que respeitava à gestão económica da empresa, como à parte directamente ligada aos aspectos sociais).

3) Necessariamente havia e há cumplicidade da parte da direcção do Instituto em todo este processo de formação de quadros para servirem o capitalismo.

4) A resistência por parte dos Jesuítas, detentores do Alvará, em democratizar tanto a gestão do Instituto como os programas e processos usados, mostravam claramente a mentalidade retrograda e obscurantista desses senhores que não querem, ao lado dos professores, alunos, trabalhadores do ISESE e de todo o Povo do Distrito lançar mãos à tarefa de criar em Évora um ensino que possa servir os interesses da população “. Citado por António da Silva, *op. cit.*, pp. 189-190. Esta imagem gizada em torno da direcção jesuítica do Instituto Superior e por ela da educação dos Jesuítas em Portugal é tanto mais condicionada e acomodada como bandeira ideológica, sendo que nesta época alguns pedagogos da Companhia - um deles António da Silva, então director do ISESE e outros em que emerge a figura notável de Manuel Antunes, tinham vindo a desenvolver uma reflexão crítica e a apresentar propostas avançadas de renovação e até de revolução

Todavia, a deriva do processo revolucionário acabou por enveredar pela via moderada de uma democracia pluralista<sup>29</sup>. Afastou, deste modo, as ameaças que pairaram da implantação de um nova ditadura ideologicamente de sinal contrário à anterior (isto é, uma ditadura chefiada pelo sector marxista) ou ainda de uma outra ditadura de direita. A opção democrática preservou os Jesuítas, livrou-os da repetição das hostilidades extremistas do passado e integrou-os no seu projecto de sociedade marcada pelo respeito e pela tolerância religiosa.

Até já chegámos a assistir no período de consolidação do regime democrático português a uma reprovação “oficial”, por parte de figuras destacadas da III República (como foi o caso do Presidente Mário Soares<sup>30</sup>), dos desvarios e excessos cometido pela I República em relação aos Jesuítas e ao reconhecimento dos seus importantes contributos para a ciência e para a cultura<sup>31</sup>. Acresce a este desa-

---

do sistema de ensino universitário em Portugal, usando a *Brotéria* como veículo privilegiado das suas ideias que, em alguns aspectos, colidiam e punham em causa a política educativa do regime do Estado Novo. Cf. José Eduardo Franco, *Brotar Educação*, Lisboa, Roma Editora, 1999, pp. 196 e ss., 251 e ss., 391 e ss. e *passim*.

<sup>27</sup> A Ordem de Santo Inácio já contava então no seu *curriculum* com 56 e seis expulsões de diferentes países de regiões ao longo da sua história. Cf. *Jesuítas na hora da contestação*, Lisboa, 1971, p. 19.

<sup>28</sup> António da Silva, *op. cit.*

<sup>29</sup> Sobre a Revolução dos Cravos e o processo de estabelecimento e consolidação da Democracia em Portugal ver, entre outros, as obras historiográficas de João Medina, *História Contemporânea de Portugal*, Vol. 3, *op. cit.*; José Medeiros Ferreira, “Portugal em Transe (1974-1985)”, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, *op. cit.*, Vol. 8, pp. 7-285; e António Teixeira Fernandes, *Relações entre a Igreja e o Estado: No Estado Novo e no pós 25 de Abril*, Porto, 2001.

<sup>30</sup> Na sessão de abertura do congresso histórico-cultural comemorativo dos 450 anos da fundação da Companhia de Jesus em Portugal e dos 500 do nascimento do seu fundador, Santo Inácio de Loyola, realizado em 1991, Mário Soares fez uma espécie de exame de consciência em relação à atitude do primeiro regime republicano para com os Jesuítas: “Não posso neste momento deixar de assinalar aqui, com todos os méritos que teve a I República, essa pecha do anticlericalismo no que levou a incompreensões e perseguições à Igreja e, em particular, à Companhia de Jesus. Sabendo como se sabe como eu sou republicano e como me sinto na linha dos homens generosos da I República, quero dizer-lhes que os republicanos de hoje fizeram o seu exame de consciência e pensam que acima de tudo devem defender as liberdades e, entre elas, naturalmente, a liberdade religiosa, e praticar, por dever, a tolerância para com aqueles que pensam de modos diferentes. Ter assegurado estas liberdades e esse espírito de tolerância é, sem dúvida, uma das razões do sucesso desta III República e porventura do insucesso da primeira”. Citado por Manuel Vilas-Boas, “Mário Soares ‘expia pecados’ da I República”, in *O Jornal*, 8 de Março de 1991, p. 7. Na mesma altura o presidente louvou o facto de, dez anos antes, o Superior Geral dos Jesuítas, Pedro Arrupe, na visita que fez a Portugal, se ter ajoelhado diante da gigantesca estátua do Marquês de Pombal patente no Centro de Lisboa, e feito oração pela alma do mais intrépido inimigo dos

nuviamento da imagem dos Jesuítas a concomitante recuperação inequívoca do valor de alguns luminares da nossa literatura desfigurados e secundarizados pelo mito, como foi o caso do Padre António Vieira <sup>32</sup>.

Aliás, no século XX, especialmente a partir da década de trinta do século, e de forma mais institucional acompanhando a abertura da Igreja verificada no Concílio Vaticano II com o generalato auspicioso de Pedro Arrupe <sup>33</sup>, a Companhia de Jesus conheceu um novo *elan* de arrojo, de diálogo e de sensibilidade em relação aos dramas e expectativas da humanidade. Assistiu-se a um abrandar progressivo do retraimento que caracterizou dominantemente os Jesuítas no século anterior, de tal modo que a sua nova aposta, activa e ousada, em prol da promoção da justiça social, assim como em favor do *aggiornamento* da Igreja e da sua própria Ordem <sup>34</sup> chegou a assustar, várias vezes, os últimos papas <sup>35</sup>.

---

Jesuítas, como sinal de reconciliação com o passado.

<sup>31</sup> Na comemoração dos 450 anos da fundação da Ordem de Santo Inácio vieram a lume artigos em periódicos laicos ou não afectos ideologicamente à Igreja, pondo em evidência grandes personalidades da Companhia que em Portugal e no Mundo se destacaram contemporaneamente pelos contributos de grande visibilidade dados nas várias áreas do conhecimento humano. Nos séculos XX e XXI emergem várias figuras da Companhia de Jesus, admiradas e respeitados pelos vários sectores ideológicos da sociedade portuguesa: no campo da história, Domingos Maurício, Serafim Leite e Mário Martins, cujo valor foi reconhecido pelos especialistas mais exigentes; na área da cultura e da pedagogia, o pensamento e actividade editorial e docente de Manuel Antunes que granjeou um aplauso invulgarmente unânime de quadrantes políticos divergentes; no plano da ciência, Luís Archer que introduziu o ensino da genética molecular em Portugal, impulsionou a investigação nesta área científica de ponta e exerceu o cargo de Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; e no plano da acção social de combate à pobreza e de apoio aos refugiados, António Vaz Pinto, fundador do Banco Alimentar Contra a Fome e do Serviço Jesuíta de Apoio aos Refugiados, o qual foi, recentemente, nomeado Alto Comissário do Estado Português para as Minorias Étnicas. V.g. “Jesuítas: o disciplinado exército de Deus”, in *Visão*, 5 de Maio de 1990, p. 32.

<sup>32</sup> Recuperação bem reflectida na dimensão e investimento oficial nas comemorações do terceiro centenário (muito diferente do segundo) da morte deste grande Pregador jesuíta a que a própria Assembleia da República prestou homenagem solene. Cf. José Eduardo Franco; Bruno Cardoso Reis, *op. cit.*, Lisboa, 1997, pp. 11-12.

<sup>33</sup> Sobre Padre Geral, Pedro Arrupe, o seu percurso e a sua obra, ver a interessante biografia de Pedro Miguel Lamet, *Arrupe, una explosión en la Iglesia*, Bilbao, 1991. Ver ainda Jean-Claude Dietsche, *Pedro Arrupe. Itinéraire d'un jésuite*, Paris, 1982.

<sup>34</sup> Cf. Jean Lacouture, *Jésuites : une multibiographie*, Paris, 1992, Vol. II, caps. X, XI, XII, XIII e XIV. Nesta fase destacaram-se vários Jesuítas, a nível internacional, que, pela criatividade, originalidade, arrojo, pensamento e acção emergem como figuras emblemáticas desta era de arejamento da Companhia de Jesus, entre outros, podemos lembrar Teilhard Chardin, Jean Daniélou, Henri de Lubac, Augustin Bea, Karl Rahner, John Courtney, Juan-Luis Segundo... Alguns destes foram percussores e con-

Não se pense, contudo, que as imagens depreciativas da Companhia de Jesus, pacificada a sociedade e democratizadas as instituições do poder em Portugal, são águas passadas e que o efeito malevolente do mito esmoreceu totalmente. O legado cultural e mental do mito encerrado numa imensidão de obras de vários géneros e persistente em adágios populares, pode ainda continuar a condicionar e a instruir a visão da história do país na sua correlação com a avaliação do papel da Companhia de Jesus, bem como a sua compreensão no presente. Ainda em 1982 foi feita uma segunda edição da *História Geral dos Jesuítas* de Lino de Assunção, sem um adequado enquadramento crítico que situasse esta obra no contexto do confronto ideológico que esteve na base dos seus juízos e enfoques analíticos que teceram uma imagem radicalmente pejorativa da Ordem de Inácio de Loyola <sup>36</sup>.

É frequente assistir-se à associação pura e simples da Inquisição aos Jesuítas <sup>37</sup> em afirmações de intelectuais e outros agentes da cultura, bem como à reprodução

---

tribuíram muito para a lufada de ar fresco que foi para a Igreja Católica o Vaticano II, verdadeira “antítese do Vaticano I” como lhe chama Jean Lacouture. Também merece ser aqui lembrado algumas experiências dramáticas vividas por diversos Jesuítas como consequência do seu afrontamento crítico em relação a regimes tirânicos e a certas ideologias políticas discriminatórias do ponto de vista racial ao longo do século XX. Lembre-se em particular a oposição ideológica feita por escrito ou através da parentética, promovida por vários intelectuais e pregadores da Companhia de Jesus contra a ideologia nazi. Jesuítas alemães e também alguns franceses sofreram na pele as consequências repressivas do seu não-alinhamento com o ideário fascista de Hitler. O Pe. Delp, director da mais prestigiada revista jesuíta germânica denominada *Stimmer der Zeit*, a equivalente alemã da *Broteria* portuguesa e da francesa *Études*, foi enforcado a 2 de Fevereiro de 1944, por pertencer à resistência antinazista alemã. Mas este foi apenas um entre muitos exemplos trágicos. As casas da Companhia de Jesus tinham sido mandadas encerrar durante a guerra, e passou a tornar-se alvo de suspeita quem quer que estabelecesse contacto com os Jesuítas. Um juiz alemão do *Volksgerichtshof*, expressando esta vigilância suspeitosa exercida sobre os Padres da Companhia e o receio que havia em falar com eles, chegou a afirmar que o alemão em geral não ousava tocar num jesuíta, nem sequer com pinças. O próprio Adolph Hitler declarou os Jesuítas como sendo indignos de pegar em armas (*Wehrunwurdung*), interditando a sua participação no exército germânico. Muitos deles morreram nos campos de concentração. Cf. *Jesuítas na hora da contestação*, op. cit., pp. 47-48; e Dominique Avon; Philipe Rocher, *Les Jésuites et la Société Française, XIXe-XXe siècles*, Toulouse, 2001., p. 121 e ss.

<sup>35</sup> No pontificado de Paulo VI chegou a circular o boato acerca da possibilidade de uma nova dissolução da Companhia na sequência de diversas intervenções repreensivas do Papa para conter a vaga de vanguardismo que dominava certos sectores da Ordem de Santo Inácio e a sua grande sensibilidade para o empenhamento em favor da justiça social nos países subdesenvolvidos, em razão da opção pelos mais pobres assumida institucionalmente. Esta opção tinha sido consagrada programaticamente pela instituição legislativa mais importante da Ordem dos Jesuítas, a *Congregação Geral*, reunida pela 32ª vez em 1974, por iniciativa do Pe. Pedro Arrupe. Em especial, a Santa Sé começou a olhar com precaução e até suspeita o empenhamento dos Jesuítas na promoção das classes sociais depau-



de concepções, de apreciações tenebrosas acerca das estratégias de actuação dos membros da Companhia de Jesus. A leitura menos avisada criticamente de muita da literatura e historiografia imbuída de antijesuitismo datada no tempo é naturalmente um veículo do prolongamento e permanência das velhas imagens míticas<sup>38</sup>. Donde a importância do estudo e compreensão do mito jesuíta, como serviço de hermenêutica cultural.

Desta persistência de alguns elementos do mito jesuíta são exemplo comentários, conversas, anedotas, expressões populares, adjectivações de estratégias, análises, estudos menos ponderados criticamente, crónicas jornalísticas que, às vezes, vêm a lume nomeadamente na imprensa, esta que é um excelente termómetro para aferição da evolução sócio-cultural e para a verificação da persistência de alguns mitos do passado. A título de exemplo, podemos referir uma crónica publicada na revista do semanário *Expresso*, a 3 de Abril de 1993, para evocar a vida e a obra de Almada Negreiros (1893-1970), por ocasião do centenário da sua morte. A sua autora, Maria José Mauperrin, reportando-se à educação que esta figura de renome da cultura portuguesa recebeu na escola dos Jesuítas<sup>39</sup>, tece várias apreciações reforçadas com adjectivação sugestiva, que afinam surpreendentemente pelo velho diapasão imagético do mito. Na descrição do Colégio de Campolide, onde Almada recebeu formação, facilmente reconhecemos paralelismos flagrantes com passagens típicas do discurso do *complot* antijesuíta: «Cedo demais lhe iriam encerrar o corpo pequeno e franzino em catres austeros, corredores sombrios e hábitos negros de padres repressores»<sup>40</sup>.

Certamente bebeu esta visão do Colégio lisboeta dos Jesuítas nas descrições de obras de polémica contra a Companhia de Jesus, que minimizaram a largueza e a abundante iluminação do espaço arquitectónico do Colégio de Campolide concedido em parâmetros modernos<sup>41</sup>, e que hoje é um dos edifícios da Universidade

---

peradas na América Latina no âmbito da chamada Teologia da Libertação, na qual estes religiosos tiveram um papel significativo. Cf. Malachi Martin, *Los Jesuítas: La Compañía de Jesus y la traición de la Iglesia Católica Apostólica Romana*, México, 1988. Também correu o boato de que o papa João Paulo II teria chegado a extremos de pretender colocar à frente da Companhia de Jesus um Superior Geral vindo de fora da Ordem, isto é, um Geral não jesuíta, como forma de travar aquilo que pensava ser o clima ideológico marxizante que teria tomado conta da Companhia de Jesus, fazendo desta uma espécie de quinta coluna do comunismo dentro da Igreja.

<sup>36</sup> T. Lino de Assumpção (Coord.), *História Geral dos Jesuítas*, Lisboa, 1982. Na breve nota biográfica que introduz o livro feita pelo editor, faz-se, neste tom, a apologia da importância da nova publicação “desta obra como oportuna e repleta de interesse”.

<sup>37</sup> Cf. José Eduardo Franco, “Jesuítas e Inquisição: Cumplicidades e Confrontações”, in *Revista de Convergência Lusítada*, Número Especial, Nº 19, Rio de Janeiro, 2002, pp. 220-234.

<sup>38</sup> Ainda na abertura da década de 90 do século XX foi publicada uma edição actualizada dos *Monita Secreta* sem qualquer enquadramento crítico, e apresentado estas

Nova de Lisboa, onde funciona a sua Faculdade de Economia. Mas a autora vai mais longe nos juízos antijesuíticos, no seu artigo de sete páginas, comentando o facto dos Jesuítas terem permitido a Almada Negreiros “o luxo de um quarto particular”. Justifica assim esta “estranha” concessão: “A solidão tem manhas para se povoar de fantasmas e demónios, disso sabiam os Jesuítas por experiência vivida”, por isso, o puseram “fora da promíscua camarata”<sup>42</sup>. Desta educação dada em lugar tão insalubre e por entes tão sombrios, o fruto não podia ser bom, como insinua a articulista: “Os anos que passou nos Jesuítas” não o teriam levado “mais longe na agressividade, à hipocrisia, à mediocridade?”<sup>43</sup>. Consentânea com as invectivas da ideografia pedagógica antijesuítica, a autora desliza numa avaliação negativa pouco imparcial acerca do contributo educativo dos Padres da Companhia na formação desta figura da literatura e da arte portuguesas.

De uma forma intencional os Jesuítas são colocados do lado negro da realidade, como agentes inveterados das trevas que nada de bom trazem aos indivíduos e à comunidade humana, antes atijam as potencialidades malignas do espírito dos seus educandos. Com este fundo ideológico típico do mito do *complot*, foi avaliado o resultado da educação ministrada pelos jesuítas a Almada. E dá bem a medida e a possibilidade efectiva de reactivação dos velhos clichés do mito e das suas virtualidade explicativas e avaliativas.

Muito recentemente, num debate parlamentar na Assembleia da República Portuguesa, verificou-se o recurso à semântica típica da tradição antijesuítica na utilização do termo *jesuítico* por parte de um deputado do partido de direita CDS-PP para adjectivar acusatoriamente a intervenção de um deputado do Bloco de Esquerda. Em resposta ao discurso do bloquista Francisco Louçã – que exigia a demissão do Ministro de Estado e da Defesa Paulo Portas, pertencente ao governo de Coligação PSD/CDS, em razão das notícias vindas a lume na imprensa acerca do seu envolvimento em casos de corrupção antes de ser ministro (quando desempenhava as funções de professor na Universidade Moderna) –, o deputado centrista Telmo Correia defendeu o ministro do seu partido a dado passo nestes termos: «(...) Sr. Deputado Francisco Louçã, devo dizer-lhe que o seu discurso é aviltante, mas que, ainda assim, não nos faz perder a serenidade. É aviltante, porque o senhor põe esse seu tom mais ou menos moralista, mais ou menos jesuítico e faz acusações (...)».

Feita esta afirmação registaram-se risos e expressões irónicas da parte dos deputados de esquerda representados no Parlamento perante tão surpreendente adjectivação usada por um deputado de direita. Mas Telmo Correia insistiu, reafirmando: «Mais ou menos jesuítico, disse bem!» O que levou o Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral (que curiosamente é membro da *Opus Dei*<sup>44</sup>, como é do

---

*Instruções secretas* como se fossem da autoria do Geral Aquaviva. Cf. *Monitoria Secreta ou Instruções Secretas dos Padres da Companhia de Jesus, Compostas pelo Padre Cláudio Aquavivei da mesma Companhia*, Ericeira, 1990.

<sup>39</sup> Sobre a frequência de Almada Negreiros do Colégio de Campolide, ver docu-

conhecimento público), a pedir ao deputado que estava a usar da palavra para retirar tão inesperado adjectivo que fazia eco das polémicas do passado e desprestigiava, deste modo, a Companhia de Jesus: «Sr. Deputado Telmo Correia, permita-me que lhe solicite a substituição desse adjectivo, porque ele envolve uma instituição extremamente respeitável». Ao que retorquiu o deputado repreendido com uma proposta de substituição por um sinónimo interessante para o adjectivo *jesuítico*: «Se for melhor, Sr. Presidente, substituo-o por mais ou menos mefistofélico». Ao que o Presidente da Assembleia da República respondeu com afirmativa ironia: «Aí Mefistófeles não se preocupa»<sup>45</sup>. Este caso é bem ilustrativo da persistência de resquícios do mito jesuíta que aqui emergiram na utilização da carga infamante com que está rodeada a semântica do termo jesuíta do ponto de vista da sua significação tropologicamente entendida e aplicada.

Para constataremos ainda a permanência bem documentada dos vestígios que persistem no nosso tempo da velha imagiologia mítica destilada na nossa memória cultural, basta olhar para os nossos dicionários de língua portuguesa mais actuais e logo detectaremos a presença de um significativo resquício nas acepções dos vocábulos *Jesuíta*, *Jesuitismo* e *Jesuítico*. Ao lado da definição literal do substantivo *Jesuíta* (membro da Companhia de Jesus) aparece o seu sentido figurado de carácter depreciativo: «Pessoa hipócrita» e também o mesmo que «fingida», «astuciosa»; «pessoa que recorre a argumentos rebuscados, artificiosos, astuciosos, fazendo uso da hipocrisia, para provar determinada coisa ou para obter o resultado que deseje». *Jesuitismo* é dado como sinónimo (em segunda acepção) de «fanatismo» e «facciosismo». O adjectivo *Jesuítico* além de caracterizar aquilo que é próprio dos Jesuítas, é sinónimo também de «dissimulado», «fanático», «fingido»<sup>46</sup>. E nas

---

mentação guardada no Arquivo da Província Portuguesa da Companhia de Jesus, *Almada Negreiros aluno de Campolide, 1900-1910*, pasta 216.

<sup>40</sup> *Expresso*, 3 de Abril de 1993, 11r.

<sup>41</sup> Foi a primeira instituição de ensino portuguesa a ter piscina. No Colégio de Campolide também se praticavam actividades desportivas inovadoras para a época, como futebol, patinagem, natação e se desenvolvia a arte teatral; como, aliás, a autora não deixa de reconhecer. Mas até estas novidades didácticas são interpretadas pela articulista malevolentemente: “eram actividades lúdicas que impediam outros e indesejáveis prazeres”, fazendo com que José Sobral de Negreiros e seu irmão António fossem “meninos sem infância”. *Ibidem*, p. 12r.

<sup>42</sup> *Ibidem*, 12r.

<sup>43</sup> *Ibidem*, 15r.

<sup>44</sup> É tanto mais curioso, porque, segundo alguns testemunhos que chegaram até nós, parece que Monsenhor Josmaría Escrivá de Balaguer não tinha a melhor opinião dos Jesuítas. Ter-se-ia referido a estes regulares com suspeita, a suspeita típica da tradição antijesuítica. Segundo conta Carmen Tapia, o Fundador da *Opus Dei* teria afirmado um dia assim tão sugestivamente: «Prefiro mil vezes que uma filha minha morra sem receber sacramentos, a que estes lhe sejam administrados por um jesuíta». Citado por María del Carmen Tapia, *Do lado de dentro. Uma vida na Opus Dei*, Mem Martins, 1993,

conversas, quando se fala dos Jesuítas, não poucas vezes perpassam ironias tácitas ou declaradas, quase sempre mordazes, e insinuações que envolvem o termo em suspeita e em mistério, associando-o facilmente à esperteza serpentina ou à falsidade requintada.

### Relevância historiográfica do estudo do mito dos Jesuítas

A análise crítica da génese e evolução do mito dos Jesuítas em Portugal ajuda-nos a compreender um longo período da nossa história cultural, política, religiosa e mental. Coloca-nos no âmago da questão religiosa e do intenso debate que levou à redefinição das relações entre a esfera religiosa, política, social e cultural. Uma história marcada por oposições e fracturas graves, por lutas pela assunção de paradigmas culturais e educativos novos, de mundividências, sociovidências e até de teovidências reequacionadas, por confrontos de sistemas ideológicos e políticos... Fazer a hermenêutica do mito da Companhia de Jesus permite-nos aceder criticamente a uma vastidão de documentos que a história nos legou imbuídos da ideologia antijesuítica deformadora e parcializante da leitura do passado nacional. O nosso estudo, portanto, apresenta-se como um contributo para a desminagem ideológica das construções da história. Assim, estudar o mito jesuíta é contribuir para o necessário “desanuviamento” ideológico de uma visão da história de uma nação e da sua cultura, visão urdida no contexto de disputas e polémicas complexas, em que a verdade foi manipulada e torcida em função das finalidades ideológicas mais ou menos nobres dos seus construtores e difusores <sup>47</sup>.

Este e outros estudos que temos vindo a desenvolver em torno do fenómeno do antijesuitismo em Portugal é uma tentativa de entender porque é que em determinados períodos certas instituições, figuras e obras foram exautoradas, esquecidas e até apagadas, ao passo que outras foram sobrevalorizadas e engrandecidas em detrimento daquelas. Pode ainda ajudar a perceber, de uma forma mais lata, porque é que alguns períodos históricos ou séculos precisos (como é o caso emblemático do seis-

---

p. 235.

<sup>45</sup> *Diário do Parlamento da III República Portuguesa*, Nº 37, Sessão 18/09/2002, p. 1518.

<sup>46</sup> Ver *Dicionário universal da Língua Portuguesa*, Lisboa, 1995; *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 2001. Se percorrermos os dicionários de sinónimos de outras línguas europeias também encontramos cristalizada a memória do longo e intenso processo polémico de produção de imagem negativa dos Jesuítas levada a cabo nos diferentes países. A título ilustrativo registamos aqui alguns desses sinónimos lendários recorrentes que recenseámos em alguns dicionários. O *Petit Larousse* faz eco da história infamante que rodeia o termo ‘Jesuíta’, atribuindo-lhe em acepção não literal um carácter pejorativo, incluindo-o no repertório das injúrias mais desprestigiantes: o significado de “pessoa astuciosa” e “hipócrita”. Na língua alemã, onde o protestantismo militou activamente para demolir a

centismo), correntes literárias, culturais e científicas e seus contributos foram olhados com desprezo, o seu estudo desincentivado, em que pouco ou nada era visto com valor; enquanto outros períodos foram considerados luminosos, fecundos em criatividade e em figuras marcantes e heróicas, e, por isso, merecedores de toda a atenção e glorificação.

A tarefa de interrogar, analisar e compreender um mito desta estirpe e desta dimensão (ou como também a seu modo o foram outros mitos de *complot*, como o mito dos Judeus, ou o mito maçónico) é assim, em nosso entender, pertinente e útil. Com este resultado propomo-nos, acima de tudo, contribuir para o reequilíbrio das visões do nosso passado, visões desequilibradas pelas construções ideológicas unilaterais e dogmatizantes de que foi alvo. Mas temos a aguda consciência de que este não é um trabalho acabado, como nunca o é a construção do saber historiográfico, pois certamente ele tem muito de incompletude e ainda de distorção que outros terão de corrigir e depurar.

De qualquer modo, na nossa análise procuramos não violar, todavia, o objetivo da história que é “o conhecimento das sociedades vivas, nunca o seu julgamento (...) doutrinário”<sup>48</sup>. Esforçamo-nos acima de tudo e sempre por procurar servir a verdade para, deste modo, fazer deste trabalho de construção de conhecimento esclarecedor um “instrumento de liberdade”<sup>49</sup>.

A história não se lamenta, compreende-se. Na sua compreensão crítica está, pois, a possibilidade de libertar o nosso horizonte gnoseológico dos preconceitos que nos impedem de ver mais longe, mais fundo e mais claro; na medida em que esta possa ser uma tarefa de despreconceitualização da história, ou seja, de tomar consciência dos estigmas, das miopias, dos entorses ideológicos que obstruem as visões amplas e complexizantes. Por isso, este esforço de compreensão não deixa de ser uma forma de “terapia”.

---

fama dos Jesuítas, o adjetivo ‘jesuitisch’ é sinónimo da meabilidade escorregadia da enguia (‘Aalglah), como evoca ainda a agressividade de um indivíduo provocador (‘sptitzfinding’). A segunda acepção do substantivo ‘Jesuíta’ na língua inglesa é a de “astuto” ou “provocador” (Collins, *New English Dictionary*). O mesmo acontece na língua Holandesa, na qual um ‘jesuïeteustreck’ adquiriu em sentido figurado, além de hipócrita e fingido, o significado de ‘vigarista’ (J. Koenen; J. Endepols, *Handwoordenboek*). Cf. *Jesuítas na hora da contestação*, op. cit. p. 37 e ss.; J. Aixolá, “Jesuíta”, in Charles E. O’Neil, s.j.; Joaquín M. Domínguez (dirs.), s.j., op. cit., pp. 2147-2148. Mas ainda com mais capacidade de audiência universal podemos encontrar vestígios da permanência do mito dos Jesuítas em alguns sítios obscuros da *internet*